



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1466/07	DATA: 11/9/2007
INÍCIO: 15h32min	TÉRMINO: 16h15min	DURAÇÃO: 43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 43min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os problemas do sistema carcerário brasileiro.

Informo que foi distribuída cópia da ata da 5ª reunião e indago aos Srs. Parlamentares da necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 5ª reunião da CPI do Sistema Carcerário.

Informo aos Srs. Parlamentares que os membros da CPI estavam reunidos desde as 13h30min para tratar de assuntos internos desta Comissão e construindo alguns acordos para o bom andamento dos seus trabalhos.

Requerimentos em pauta.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 14/07, da Deputada Cida Diogo, que *“requer a criação de sub-relatoria para análise da situação das mulheres encarceradas”*.

Informo aos Srs. Parlamentares que a autora do requerimento solicitou sua retirada de pauta para que a Sub-Relatoria seja criada conforme entendimento com o Relator.

O requerimento está retirado de pauta de forma definitiva.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 15/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja realizada audiência pública, convidados os Srs. Secretários responsáveis pela administração penitenciária nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, para explanarem sobre a atuação das Secretarias na gestão dos presídios de seus respectivos Estados”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 3.

Requerimento nº 16/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja realizada audiência pública, convidados membros do Ministério Público dos seguintes Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, para tratar de sua atuação institucional junto ao sistema carcerário brasileiro”*.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 4 da pauta.

Requerimento nº 17/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja realizada audiência pública, convidado o Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, para tratar dos investimentos do Governo Federal, especialmente, no sistema carcerário brasileiro”*.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 5 da pauta.

Requerimento nº 18/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja realizada audiência pública, convidados o Reverendíssimo Sr. Bispo Dom Pedro Stringhizie e o Reverendo Pe. Gunther Alois Zgubic para falarem sobre as ações da Pastoral Carcerária”*.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.



Item 6 da pauta.

Requerimento nº 19/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja realizada oitiva dos líderes das principais organizações criminais a fim de se precisar os problemas vivenciados no sistema carcerário brasileiro”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 7 da pauta.

Requerimento nº 20/07, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer seja criada a Sub-Relatoria de Crime Organizado, Armas e Drogas”*.

Como o Deputado está ausente e fizemos um acordo no sentido de que as Sub-Relatorias sejam criadas a critério do Relator — o Deputado estava presente à reunião —, vamos deixar o requerimento sobrestado até que o autor faça de ofício a solicitação de sua retirada de pauta.

Item 8 da pauta.

Requerimento nº 53/07, dos Srs. Deputados Iriny Lopes e Domingos Dutra, no sentido para que o Presidente da Comissão tome providências em face da grave situação do sistema prisional do Estado do Espírito Santo.

Só quero ponderar com o Relator que já aprovamos 2 requerimentos para que sejam convidados o Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Espírito Santo e representante do Ministério Público local para, nesta CPI, discutirmos os problemas relacionados ao Estado. Acredito que as providências reclamadas já estão sendo tomadas para a vinda do Secretário e do representante do Ministério Público. Pondero com o Relator se podemos deixar esse requerimento sobre a Mesa até que seja oficializado o convite a esses representantes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, na verdade estou assinando o requerimento porque a Deputada Iriny não poderia estar aqui. Como S.Exa. não está presente, sugiro que seja retirado de pauta para conversarmos com a Deputada Iriny. Na próxima sessão, amanhã, podemos recolocá-lo na pauta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Retirado de pauta o requerimento por solicitação do autor.

Item 9 da pauta.

Requerimento nº 55/07, do Sr. Ayrton Xerez, que *“requer a criação de sub-relatoria para análise da Lei de Execução Penal e sua aplicabilidade no sistema carcerário, identificando entraves ao seu efetivo cumprimento e sugerindo possíveis alterações”*.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, nós já havíamos debatido essa importante questão na reunião anterior. Vejo que o Relator Domingos Dutra teve todo o interesse em acomodá-la no seu plano de trabalho no que seria a 4ª audiência — análise dos obstáculos ao cumprimento da Lei de Execução Penal e da legislação pertinente.

Peço o apoio dos nossos pares porque se trata da espinha dorsal do sistema carcerário. Precisamos examinar os impactos dessa lei, sua aplicabilidade e seus obstáculos. Por isso, gostaria muito de colaborar com a criação dessa Sub-Relatoria.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra a Deputada Cida Diogo e, em seguida, o Deputado Paulo Abi-Ackel.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu queria fazer uma proposta. Como já houve em audiências anteriores a proposição de se criar outras Sub-Relatorias e o Relator propôs que todas as Sub-Relatorias fossem trabalhadas em conjunto, sugiro que esse requerimento seja discutido juntamente com as outras propostas de criação de sub-relatoria, para se chegar a uma definição conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Entendo que o Deputado Ayrton Xerez tem toda a razão quanto a sua preocupação com o tema. Ocorre que há na Câmara, Deputado Ayrton Xerez, uma comissão específica formada para estudar o assunto e providenciar sugestões para a reforma da Lei de Execução Penal.



Fica a informação — não sei se é do conhecimento de todos — para que não façamos trabalhos sobrepostos. Essa comissão pertence à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, as Sub-Relatorias propostas até agora cabem perfeitamente no trabalho desta Comissão. Sugiro que a Comissão aprove a criação da Sub-Relatoria, como foi aprovada a Sub-Relatoria proposta pela Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - O meu requerimento foi retirado de pauta a pedido do Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De qualquer forma, todas as Sub-Relatorias propostas cabem dentro do trabalho da Comissão. Como acabamos de inaugurar um procedimento administrativo para irmos decidindo conjuntamente o encaminhamento da CPI, só aguardaríamos o momento de essas Sub-Relatorias serem instaladas para funcionarem. No caso da Lei de Execução Penal, acho que a Sub-Relatoria servirá para organizar toda a legislação penal, processual penal, de execução e os projetos de lei que estão tramitando na Casa. Vai além da Lei de Execução Penal.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção quanto à criação da Sub-Relatoria requerida pela Deputada Cida Diogo, que é específica, ou da Sub-Relatoria proposta pelo Deputado Raul Jungmann, ou da que está sendo proposta neste momento. De minha parte não há objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só quero fazer uma ponderação. Na primeira reunião da Comissão, tivemos 2 requerimentos sugerindo a criação de sub-relatorias. Construimos o seguinte entendimento: se aprovarmos todos os requerimentos de criação de sub-relatoria que recebermos, não sabemos quantos ainda virão. Apresentamos a sugestão de que ficasse a cargo do Relator a criação de sub-relatorias e todas as sugestões já apresentadas em forma de requerimento fossem analisadas pelo Relator, que criaria as Sub-Relatorias. Mas, para facilitar o trabalho desta Comissão, proponho que os requerimentos não sejam colocados em votação, que fiquem nos anais da CPI como sugestão para o Relator,



porque se aprovarmos um requerimento daremos a todos os Parlamentares o direito de apresentar requerimentos sugerindo a criação de sub-relatorias. E, nas reuniões que estamos fazendo, todas as sugestões de criação de sub-relatorias apresentadas até agora estão sendo apreciadas e serão acatadas pelo Relator, que vai designar os Sub-Relatores — só o Relator tem a prerrogativa de designar os Sub-Relatores dentro da Comissão. Então, tanto no caso da Deputada Cida Diogo, como no caso do Deputado Raul Jungmann e, agora, no caso do Deputado Ayrton Xerez, as sugestões apresentadas em forma de requerimento ficarão registradas nos anais desta Comissão. Sugiro que os requerimentos não sejam votados em plenário para que não abramos precedentes. O Relator de pronto acata a criação dessa Sub-Relatoria proposta pelo Deputado.

Diante disso, pergunto ao Deputado Ayrton Xerez se S.Exa., a exemplo dos outros Parlamentares, aceita fazer a solicitação de retirada de pauta de seu requerimento, tendo em vista que a solicitação já está sendo acatada pelo Relator.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, acho que nosso papel principal, na linha do que V.Exa. mesmo prescreveu, é o da não-partidarização, da não-politização e, sobretudo, da contribuição para os trabalhos desta CPI, da qual a sociedade brasileira muito espera.

A Deputada Maria Lúcia Cardoso, na reunião anterior, trouxe um aspecto que considero muito relevante, qual seja o da definição dos objetivos que se pretende alcançar com a CPI do Sistema Carcerário. Nós precisamos — e sei que o Deputado Domingos Dutra está atento a isso — saber que focos vamos atacar, porque senão correremos o risco de nos perder. Acho que a Sub-Relatoria que a Deputada Cida Diogo propôs, assim como a Sub-Relatoria que estou encaminhando agora, assim como a Sub-Relatoria proposta pelo Deputado Rubem Santiago, muito claramente, têm como objetivo averiguar, estudar e oferecer subsídios ao Relator dentro desses objetivos, desses escopos muito bem lançados pela Deputada Maria Lúcia Cardoso.

Não me oponho, claro, à retirada do requerimento, quero colaborar; agora, penso, Presidente, que nós precisamos estabelecer metas, objetivos. E esses objetivos poderiam ser atingidos mais facilmente com a criação de sub-relatorias específicas para cuidar de aspectos que eventualmente não seriam tão examinados na ótica mais generalista da CPI do Sistema Carcerário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente, diante do que o Deputado Ayrton Xerez apontou, acho que poderíamos estabelecer que para a semana que vem — o Relator já tem aí a proposição de criação de 4 Sub-Relatorias — o Deputado Domingos Dutra pudesse já dar um retorno disso e estabelecer se vai ou não criar mais Sub-Relatorias, porque não podemos estar no meio do trabalho da CPI e, daqui a 1 mês, 2 meses, surgirem novas proposições. Então, talvez possamos, já na semana que vem, bater o martelo e definir que sub-relatorias serão criadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por sugestão e por acordo construído entre a Mesa e o autor, está retirado de pauta o requerimento, tendo em vista que o Relator já acatou a sugestão de criação dessa Sub-Relatoria e das demais que foram solicitadas pelos membros desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Acho que as Sub-Relatorias vão ser mais facilmente identificadas e acolhidas na medida em que tivermos o quadro completo dos 120 dias. Hoje apresentei um quadro de audiências da primeira etapa; já o modificamos, porque podemos fazer visitas intercaladas. Se até a próxima quinta-feira já tivermos um quadro completo das audiências, das visitas, fica mais fácil localizar as Relatorias. A dificuldade que ainda está havendo é que ainda não conseguimos compor, dentro do organograma que nós aprovamos, todas as atividades. estamos construindo.

Portanto, eu espero que até quinta ou, no máximo, até terça já tenhamos todas as visitas que vamos fazer, todas as audiências, para podermos ter uma idéia das Relatorias. Por isso que eu acho que é importante chegar a um acordo sobre as visitas, sobre a metodologia, se vão ser visitas e audiências intercaladas, as audiências futuras da terceira etapa, para podermos definir as Relatorias. De minha parte, não tem nenhum problema. O que eu quero é que a Comissão funcione e que, ao final, possamos apresentar o resultado que a sociedade espera.



Sobre o foco, Deputado Ayrton, está no ato de criação. É superlotação, é a corrupção no sistema, é a existência de presos que já cumpriram pena, já deveriam estar fora e estão dentro. No ato de criação já estão mais ou menos definidos os fatos. Pode ser que no desenrolar das atividades, evidentemente, apareçam muitos fatos que estão correlatos a este. Mas o foco principal da CPI está no ato de criação.

Então, eu espero que até terça — já que hoje nós vamos aprovar as primeiras audiências — a gente já tenha esse quadro das visitas e audiências para podermos definir as Relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 10 da pauta.

Requerimento nº 56/07, do Deputado Ayrton Xerez, que *“requer o convite ao Coronel César Rubens Monteiro de Carvalho, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, para comparecer em audiência desta CPI a fim de esclarecer os procedimentos adotados para concessão de progressão de pena aos internos do Estado”*.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, o Estado do Rio de Janeiro se vê sobressaltado a cada dia com um fato de violência novo, noticiado nos jornais e televisões.

Ontem, os Ministros foram atacados quando, a bordo de um trem, faziam uma visita a uma determinada área favelizada da cidade.

Na semana que passou, o Rio de Janeiro também se sobressaltou com a libertação de um presidiário que alegou a progressão de regime, teve a sua liberdade concedida, e certamente foi concedida com o beneplácito de um juiz, de um membro do Ministério Público, de um defensor público. Esse meliante havia patrocinado a morte do Jornalista Tim Lopes. E eis que ao ser liberado, a meu ver, ao arrepio dos interesses da sociedade, esse meliante voltou onde morava, o Morro do Alemão, assassinou a mulher, assassinou a mãe da mulher e teria sido assassinado pelo chefe do tráfico daquela localidade, o que demonstra que a Lei de Execuções Penais não foi bem aplicada, porque não defendeu a sociedade. Pelo contrário. Permitiu que o marginal voltasse ao convívio da sociedade e exterminasse a vida de mais 2, 3 pessoas, causando sobressalto social.



Por conta disso, eu queria convocar aqui o Secretário de Administração Penitenciária para que ele nos trouxesse o processo que culminou com a liberação desse bandido. Eu quero saber quem assinou, qual foi o juiz que autorizou, o membro do Ministério Público, porque certamente a obra que eles perpetraram não se coaduna com os maiores interesses da Lei de Execuções Penais.

Esse é o tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11 da pauta.

Requerimento nº 57/07, da Sra. Deputada Jusmari Oliveira, que *“solicita que seja designado membro da CPI para acompanhar em visita in loco às cadeias públicas e complexo policial das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, diligência a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a qual esta Deputada também integra”*.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso requerimento vem no sentido de que, ao virmos para esta Casa como Deputada Federal, vimos conscientes do comprometimento com a comunidade da região oeste da Bahia.

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, conseguimos, com o apoio dos membros daquela Comissão, aprovar o requerimento para que a Comissão dos Direitos Humanos vá à cidade de Barreiras, que é a cidade pólo da região oeste da Bahia, para ver a realidade que vive aquela sociedade.

Ora, Sr. Presidente, a região oeste da Bahia é conhecida no mundo todo como a região que mais cresce economicamente no País, dado o desenvolvimento do agronegócio naquela região, uma região que cresce populacionalmente também pelas pessoas que vêm ao encontro de ganhar a sua vida dignamente com trabalho gerado, ali, pela agroindústria que se instala naquela região.



Mas numa região de cerrado da Bahia, que inclusive culmina com a região da Chapada Diamantina, não existe nenhuma estrutura penitenciária ou carcerária. Todas as pessoas que cometem delitos ou que são suspeitas de cometê-los são alojadas não em cela, até porque não existe cadeia pública. O termo aqui está até errado, não existe cadeia pública. Todos são alojados em salas, nos complexos policiais da Polícia Civil de Barreiras. Só para o senhor ter uma idéia, numa sala que comportaria 12 pessoas estão alojadas 80.

Portanto, lá, eles elegem, vão cronometrando no relógio, quem se agacha 5 minutos e quem se levanta, porque apenas 1 pode ficar agachado 5 minutos. Na cidade de Luís Eduardo Magalhães, a cidade que mais cresce no País, também a situação é idêntica. Sem falar nos outros municípios da região, em que as delegacias são em casas alugadas, casas velhas caindo aos pedaços, e onde as fugas são semanais.

Então, quando apreendem um delinqüente, uma pessoa, também há a questão da segurança pública, porque só o ato de se movimentar nessas salas já derruba as paredes, e automaticamente vão fugindo.

Então, é uma situação calamitosa. Nós achamos oportuna a visita da Comissão dos Direitos Humanos, que já está programada, com toda estrutura já organizada. Que a CPI, nesta oportunidade, também esteja presente. É a oportunidade de um membro desta CPI ver a realidade de uma região e poder colher dali também as instruções, as sugestões e as situações para que esta CPI possa tocar, falar, se pronunciar sobre coisas que acontecem no interior do nosso País. Ali está sendo organizado um evento com toda comunidade regional: juízes, promotores, Câmaras de Vereadores, Prefeituras, instituições, por uma comissão que foi instituída em Barreiras, pela busca dessa estrutura, pela busca da segurança e paz. Trata-se da Comissão pela Paz.

Então, o membro da CPI que for estará tendo a oportunidade de contato com essa comissão, com a comunidade, e trazer de lá, com certeza, um acervo muito grande para o bom desenvolvimento desta CPI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)



Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 12 da pauta.

Requerimento nº 58/07, da Deputada Cida Diogo, que *"requer informações aos Governos dos Estados e do Distrito Federal a respeito da situação do encarceramento das mulheres"*.

Com a palavra a Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente, no mesmo sentido que nós fizemos um requerimento solicitando a instalação de uma sub-relatoria para acompanhar a situação do sistema prisional das mulheres em nosso País, nós também queremos agora solicitar, até para subsidiar o trabalho desta Sub-Relatoria, conhecer melhor a realidade das nossas mulheres encarceradas.

Então, essa solicitação de informações vem no sentido de subsidiar a Sub-Relatoria, o Relator e esta CPI com essas informações.

Hoje, no seminário que está acontecendo, a Deputada Jusmari já comentou comigo que a representante da Ministra Nilcéa Freire apresentou dados em relação ao sistema prisional feminino que são assustadores. Isso num seminário em que foi apresentado dado de uma forma mais genérica.

Nós queremos agora é saber do dado oficial de cada Estado da Federação, do Distrito Federal, de como está a situação efetiva das nossas mulheres encarceradas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só queria fazer uma sugestão à autora do requerimento: além dos Estados e do Distrito Federal, que fosse incluído também nesse mesmo requerimento solicitação ao DEPEN.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Está incluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A autora acata a sugestão.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13 da pauta.

Requerimento nº 59/07, da Deputada Cida Diogo, que "*requer a realização de diligência para averiguar a situação dos presídios femininos*".

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Com o mesmo objetivo, nós podemos conhecer *in loco* essa realidade. E dentro da programação, que hoje, na reunião de trabalho, já foi estabelecida, que nós possamos intercalar diligências diretas em presídios do País inteiro e também incluir diligência a presídios femininos para conhecermos essa realidade diretamente ali. Além de ver, verificar *in loco*, também poder colher depoimentos de mulheres encarceradas, de profissionais que estão nesses presídios, para saber exatamente como é essa realidade. A diligência é importante para esta Comissão conhecer diretamente essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria também sugerir à autora do requerimento, logo após a designação do Relator, a criação de uma Sub-Relatoria, para fazer um relatório sobre a questão do sistema carcerário feminino no Brasil. E que essas oitivas fossem realizadas a partir da criação dessa Sub-Relatoria, para que pudéssemos fazer um trabalho específico, fazer um acompanhamento mais detalhado sobre a questão das mulheres nos presídios brasileiros.

Então, após a criação da Sub-Relatoria — V.Exa., inclusive, é autora do requerimento, poderá, inclusive, ser designada Relatora à juízo do Relator —, que essas oitivas aos Estados pudessem ser realizadas por essa Sub-Relatoria.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 14 da pauta.

Requerimento nº 60, do Deputado Dr. Talmir, que requer...



O Deputado Talmir não está presente. Nós havíamos discutido também a questão dessas Sub-Relatorias com ele na sessão.

Retirado de pauta pela ausência do Deputado.

Item 15 da pauta.

Requerimento nº 61/07, do Deputado William Woo, que *"requer informações ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) sobre o sistema prisional federal"*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 16 da pauta.

Requerimento nº 62/07, do Deputado Luiz Carlos Busato, que *"requer seja realizada audiência pública, convidando o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul para expor sobre a atuação da Secretaria na gestão dos presídios daquele Estado"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17 da pauta.

Requerimento nº 63/07, do Deputado Luiz Carlos Busato, que *"requer seja realizada audiência pública, convidando o Comandante do 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul para tratar da atuação institucional junto ao sistema carcerário daquele Estado"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Item 18 da pauta.

Requerimento nº 64/07, do Deputado Luiz Carlos Busato, que *"requer seja realizada audiência pública, convidando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para tratar da atuação institucional junto ao sistema carcerário daquele Estado"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito à nossa Vice-Presidenta, Deputada Maria Lúcia Cardoso, que assuma aqui a Presidência. Há 2 requerimentos de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Em discussão o item 19.

Requerimento nº 65/07, do Sr. Deputado Neucimar Fraga, que *"requer sejam requisitadas informações de autoridades dos Estados quanto ao óbito de presos nos últimos 5 (cinco) anos"*.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20 da pauta.

Requerimento nº 66, de 2007, do Sr. Neucimar Fraga, que *"requer sejam requisitadas informações do Departamento Penitenciário Nacional quanto ao número de óbitos ocorridos em presídios e cadeias públicas nos últimos 5 anos"*.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Em votação.

Os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sra. Presidenta, queria só explicar esse requerimento. Os 2 são semelhantes, mas há órgãos diferentes. O objetivo desse requerimento, inclusive é fazer aí a solicitação a órgãos diferentes para que pudéssemos fazer um confronto de informações, para saber se as informações que estão vindo dos Estado batem com as informações contidas no sistema do DEPEN.



O objetivo é saber quantos presos foram a óbito nos últimos 5 anos no Brasil. Eu fiz uma visita ao DEPEN, em nome da CPI, juntamente com o Deputado e Relator Domingos Dutra, há quinze dias e nós tivemos acesso a informações que nos deixaram perplexos. Somente nos 4 primeiros meses desse ano morreram 651 presos no Brasil dentro do sistema prisional. Então, são números alarmantes. Às vezes, a gente não se dá conta, mas morre 1 num dia, morre mais 1 no outro dia, e já são 651 presos em 4 meses. Nós temos que fazer um diagnóstico, saber nos últimos anos quantos presos morreram dentro do sistema prisional brasileiro, para que a partir dessas informações o Relator também tivesse mais elementos para a elaboração do seu relatório final. Esse é o objetivo do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Então, em votação. Os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Para discutir. Eu queria apenas acrescentar aí, se possível, que essas informações fossem dadas por Unidade Federativa, para que a gente pudesse fazer um comparativo entre Estados em relação à quantidade de óbitos e de fugas do sistema de cada Estado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não vejo dificuldade. Nós também estamos solicitando já essa mesma informação aos Estados. Então, teremos as informações desses Estados, teremos as informações do DEPEN. Mas está acatada a sugestão do Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Lúcia Cardoso) - Alguém mais que queira discutir?

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passo a presidência ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 21.

Requerimento 67, Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convocado para depor nesta Comissão o Sr. Antonio Galdino da Silva Neto em data a ser agendada”*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu quero subscrever esse requerimento. O Deputado Luiz Couto...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o Sr. Antonio Galdino da Silva Neto é ex-presidiário, mora em João Pessoa. Ele encaminhou um *e-mail* para vários Deputados, colocando-se à disposição para contribuir com a Comissão. Como eu compreendo que é muito difícil a gente obter informações de quem está dentro do sistema, talvez aqueles que já passaram por lá possam oferecer contribuições para a Comissão. Então, nesse sentido eu estou subscrevendo o requerimento do Deputado Luiz Couto, no sentido de que a gente possa ouvir aqui esse ex-presidiário que pode ajudar a Comissão nos seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 22 da pauta.

Requerimento 68, do Sr. Felipe Bornier, que *“requer seja convidado a prestar esclarecimentos no âmbito dessa Comissão o Coronel da PM Rubem Monteiro Carvalho, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro”*.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Presidente, Neucimar Fraga, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria de agradecer aos Parlamentares que assinaram e contribuíram para esse requerimento. Mas gostaria aqui de comunicar que ontem mesmo eu estive como o Secretário e falei de sua convocação aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele já aceitou a convocação e ficou muito satisfeito de vir colaborar realmente para essa Comissão. Inclusive conversei sobre diversos assuntos, entre os quais sobre o nosso Estado do Rio de Janeiro. Para quem não sabe, existe um sistema carcerário lá de mais de 23 mil presos, mais de 40 unidades prisionais, e estão surgindo novos comandos, sobre os quais ele gostaria de vir aqui relatar nesta Comissão, e passar também os exemplos bem-sucedidos que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro no decorrer desses últimos 2 anos.

Vamos à votação.



Agradecer aqui minha participação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Felipe Bornier.

Não temos mais requerimentos em pauta.

Nós realizaremos nossa próxima audiência dia 18. *(Pausa.)* A próxima reunião ordinária nossa vai ser na próxima terça-feira, às 10 horas da manhã. Será uma audiência pública nesta Comissão, em que estaremos discutindo a gestão do sistema penitenciário brasileiro. Vamos analisar as informações que serão prestadas aqui pelos nossos convidados, que deverão ser o Sr. Maurício, do DEPEN, e o Dr. Adeildo Nunes. Nós vamos discutir com esses convidados o modelo de gestão do sistema penitenciário brasileiro. As informações nós poderemos obter através desse debate. Inclusive, algumas informações já estão sendo solicitadas de ofício, por requerimentos de Deputados, e aprovados nesta Comissão. O Dr. Maurício é Diretor do DEPEN, ele é especialista nessa área penitenciária, é atuante há muitos anos nesse setor e tem uma visão do sistema penitenciário brasileiro, que pode contribuir muito para esta Comissão.

Com a palavra o Deputado Ayrton Xerez.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, eu consultaria V.Exa... Claro que eu posso buscar me adequar a esse horário, mas é que as nossas reuniões têm ocorrido na parte da tarde. Essa está sendo marcada para as 10 horas da manhã. Eu consulto V.Exa. se seria interessante a manutenção do horário no período vespertino, ou se, a partir de agora, nós vamos começar o nosso trabalho já terça-feira pela manhã.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Antes da resposta de V.Exa., eu queria sugerir que, realmente, se fizesse essas reuniões desta CPI nas terças-



feiras pela manhã, sobretudo porque, à tarde, nós já temos todas as Comissões funcionando. E nós, principalmente, fazemos parte da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Segurança Pública, e fica inviável. Se a gente quer participar desta Comissão, falta às outras. Então, em sendo de manhã, porque geralmente na terça não tem reunião da Comissão de Constituição e Justiça, seria mais adequado a permanência nossa nas Comissões e na CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Ayrton Xerez, essa é uma audiência pública, nós não temos o controle do horário, porque, com a presença dos Parlamentares e o debate esquentando, fica gostoso e as pessoas tendem a participar durante mais tempo da audiência. E na parte da tarde, normalmente, as audiências começam às 2h30. Às 16 horas, o Presidente tem iniciado a Ordem do Dia na Casa. E às vezes nós temos um convidado participando de uma audiência e, no melhor momento do debate, nós temos que encerrar, por ordem do Presidente, os trabalhos da Comissão. Então, as audiências começando na parte da manhã, nós temos condição de aproveitar muito mais os palestrantes, e os debates podem ser enriquecidos com o tempo. Então, a sugestão é que as audiências iniciem pela parte da manhã — as audiências públicas, as audiências ordinárias, de votação de requerimento, não. As audiências públicas, no caso dessa aqui, em que vão vir palestrantes de fora. Então que elas pudessem começar pela parte da manhã. Se nós precisarmos ir durante todo o dia, até as 16 horas, poderemos levar essa sessão de audiência pública até esse horário. Então, é por isso que nós estamos convocando para as 10h da próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria só, primeiro, ratificar a necessidade de se fazer as reuniões, as audiências, às terças, porque a tendência é que as audiências sejam bastante longas e devemos ter esta CPI como prioritária na nossa agenda. Sei que é difícil, muitos estão chegando na terça, mas temos que fazer um esforço para colocar esta CPI na nossa agenda de prioridade. Segundo: eu sugiro que em vez de às 10h comece às 9h, porque nunca se começa no horário. No máximo, às 9h30min, porque se começar às 10h, vamos atrasando, chegaremos às 11h, e não se aproveita. Esta primeira audiência é aparentemente mais simples pelo número de convidados, mas as seguintes audiências terão 4 ou 5 convidados.



Então, é importante, Sr. Presidente, iniciar às 9h30min em vez de às 10h. Sugiro que se mantenha o mesmo horário às terças e que isso passe a ser uma rotina das audiências da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria ponderar com o Relator que poderíamos manter o horário das 10h. O meu vôo chega às 10h em Brasília. Normalmente os vôos chegam às 9h30min. Nós chegamos atrasados, mas os palestrantes que chegam no horário ficarão uma hora nos esperando. Melhor iniciar mais tarde que um convidado ficar esperando os Parlamentares para iniciar a audiência.

Quero, portanto, ponderar com o Relator, para que mantivéssemos o horário das 10h.

Então, na próxima terça-feira, às 10h, audiência pública. Aliás, na semana que vem, teremos duas audiências públicas: uma na terça e a outra na quinta-feira, quando vamos discutir o IDH do sistema carcerário brasileiro. Alguns convidados participarão da reunião, em que ocorrerá um debate importante, que vai colaborar para o relatório da Comissão. Também realizaremos as oitivas, em visitas aos Estados, como definido.

Nada mais a tratar, agradeço a todos a presença.

Declaro encerrada a reunião.